

Primeira reunião de 81 do CNDDPH será amanhã

BRASÍLIA — O Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana — CNDDPH realiza amanhã sua primeira reunião deste ano, cuja pauta é desconhecida, pois não foi divulgada por seu secretário executivo, Euclides Mendonça. Em 1980 foram apresentados 35 processos de violação dos direitos humanos, dos quais também não se tem conhecimento de providências e investigações. Desde a última reunião, no final do ano passado, até agora 12 novas denúncias já chegaram ao CDDPH. Seu secretário-executivo igualmente não quis informar quais são.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi criado pela Lei n.º 4.319 sancionada pelo ex-presidente João Goulart a 16 de março de 1964 tendo como então ministro da Justiça Abelardo Jurema posteriormente cassado e atualmente membro do Conselho Nacional de Política Penitenciária do Ministério da Justiça. Com a Revolução de 1964, 15 dias depois da criação do CDDPH, a regulamentação do Conselho somente veio a ocorrer em novembro de

1968, um mês antes da edição do AI-5, que mais uma vez, impediu a sua instalação.

Originalmente, compunham o CDDPH o ministro da Justiça, os presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação Brasileira de Imprensa e da Associação Brasileira de Educação, um professor catedrático de Direito Constitucional e os líderes da maioria e da minoria na Câmara e no Congresso. Em 1971, foi alterada essa composição, garantindo maioria no Conselho a representantes de órgãos governamentais e tornando sigilosas suas reuniões.

Denunciada pela oposição a realização de inúmeras reuniões inócuas que se limitavam a votos de congratulações e manobras para impedir a continuidade das investigações sobre o desaparecimento do ex-deputado Rubem Paiva detido pelos órgãos de segurança, o Conselho teve paralisados seus trabalhos no governo Médici pelo ex-ministro Alfredo Buzaid e durante o governo Geisel, sob o ministro Armando Falcão, não se reuniu nenhuma vez.